



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE
PISO VINÍLICO EM RÉGUAS EM DIVERSOS
GABINETES DE JUIZ DO TRF-2ª REGIÃO, SITUADO
A RUA DO ACRE Nº 80, CENTRO DO RIO DE
JANEIRO, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. Eletrônico nº TRF2-EOF-2017/00159

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora da Secretaria Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. n.º _____, estabelecida na _____, CEP: ____-____, Tel/Fax.: (0xx__) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Eletrônico nº TRF2-EOF-2017/00159, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 028/2017, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e nos Decretos nºs 5.450/05 e 7.892/13, homologado em ____/____/____, através do despacho r TRF2-DES-2017/____ lavrado à fl. ____ do Processo, FIRMAM o presente Contrat visando ao *forneimento e instalação de piso vinílico em réguas em diversos gabinetes d Juiz do TRF- 2ª Região, situado a Rua do Acre nº 80, Centro do Rio de Janeiro*, sujeitas a partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Portaria nº TRF2-PTF 2017/00110 de 15 de março de 2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 – CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento e instalação de piso vinílico em régua em diversos gabinetes de Juiz do TRF-2ª Região, situado a Rua do Acre nº 80, Centro do Rio de Janeiro, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 028/2017 e seus Anexos I, II e III e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 – A Contratada deverá executar os seguintes serviços:

2.1.1 – Retirar o carpete existente;

2.1.2 – Recuperar o contrapiso existente fechando pontos de elétrica e telefonia, quando e onde necessário;

2.1.3 – Aplicar nata de cimento, água e cola branca, para regularização do contrapiso da sala;

2.1.4 – Aplicar piso vinílico em régua de 180 x 920mm padrão madeira, com espessura total de 3mm, com capa de uso de PVC de 0,55mm, classificação de uso comercial, resistência à abrasão EN 660-2 Classe T, Identação residual EN 433 <0,1mm, ASTM F 1914 <8%, Estabilidade dimensional ISO 23999 / EM 434 ≤0,10%, resistência ao fogo segundo a ABNT - NBR 9442/86 Classe II – 0,45 wats/cm, densidade óptica de fumaça segundo a ASTM E662 (Dm) <450, absorção do som ao impacto segundo a EN 10140-3 até 10Db. A execução da instalação deverá seguir as orientações do fabricante;

2.1.5 – Colocar perfis de alumínio em “T” junto à soleira nos vãos das portas, entre o piso vinílico colocado e o piso ou soleira em granito existentes do corredor;

2.1.6 – Instalar rodapé 70 x 15mm em MDF resistente à umidade, em todas as paredes de alvenaria e pilares, revestido em laminado melamínico na cor branca em uma única face, com acabamento da borda superior com fita de PVC lisa na cor branca. Fixação do rodapé prego cabeça chata e cola. A cada 100m² de piso vinílico efetivamente instalado, a metragem de rodapés não excederá a 15ml.

2.2 – Marcas de referência:

2.2.1 – Revestimento Vinílico - Revitech modelo NVW madeiras brasileiras cabreúv ref: 12026, Tarkett, ou equivalente aprovado;

2.2.2 – Revestimento Vinílico - Revitech modelo NVWH Tabacc Rustic ref: 1220 Tarkett, ou equivalente aprovado;

2.2.3 – Perfil de alumínio em “T” - Perfil T da marca Divifloor cor champagne o equivalente aprovado;

2.2.4 – Laminado Melamínico - Formica, madepar ou equivalente aprovado;

2.2.5 – Acabamento de borda (fita de PVC) - Proadec, Rehau ou equivalent aprovado.



2.3 – As sobras de régua do piso vinílico que tiverem mais de 46cm de comprimento deverão ser entregues ao NUPRO para fins de utilização em casos de necessidade futura de alguma substituição ou reparo, se for de interesse da administração. A metragem total de sobras não poderá exceder à 10% (*dez por cento*) do piso vinílico colocado.

2.4 – O critério de medição do piso vinílico será a área efetivamente revestida mais a metragem das sobras entregues a NUPRO, mencionadas no item anterior.

2.5 – A Contratada deverá confirmar medidas no local, logo após o 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

2.6 – Ficará a cargo do Contratante a retirada e posterior colocação do mobiliário e materiais existentes no local onde será executado o serviço.

2.7 – A Contratada deverá retirar e recolocar as tampas cegas e acabamentos de elétrica e telefonia existentes no piso, caso esses devam permanecer. Caso alguma dessas instalações existentes seja danificada durante a execução dos serviços, a Contratada deverá substituir por outra com as mesmas características.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1.1 – O serviço só poderá ser executado fora do horário normal de expediente do Contratante, devendo a Contratada apresentar ao NUPRO a programação desses serviços até às 16h do dia anterior à sua execução, anexando a relação dos funcionários que irão trabalhar com as respectivas documentações e outras solicitações necessárias.

3.1.2 – A equipe para instalação no fim de semana deverá ser de pelo menos 2 (*dois*) instaladores e 1 (um) ajudante para que o serviço de um gabinete (máximo de 125m²) se inicie na sexta-feira à noite e se complete no domingo à noite. Na segunda-feira pela manhã o piso deverá estar pronto para a montagem de divisórias e colocação de mobiliário.

3.1.3 – O local da execução do serviço bem como as partes afetadas deverão ser mantidos devidamente limpos, devendo ser prevista a proteção dos bens móveis com material apropriado, no caso de risco de danos ou manchas provenientes do serviço. Quaisquer danos causados pela Contratada a bens móveis ou imóveis do Contratante serão de inteira responsabilidade da Contratada.

3.1.4 – A remoção de entulho, devidamente ensacado, deverá ser efetuada fora do horário de expediente do Contratante, usando o elevador liberado para carga até o Térreo, d onde será retirado, pela Contratada.

3.1.5 – A remoção do entulho proveniente do serviço deverá ser efetuada em conformidade com a Lei nº 12.305 de 02/08/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, que trata das diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de Resíduos da Construção Civil.



3.1.6 – Deverá ser definido junto ao NUPRO e Núcleo de Segurança, local para guarda de equipamentos e ferramentas, bem como local e horário para carga e descarga de materiais.

3.1.7 – A Contratada deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue à segurança ao dar entrada no prédio do Contratante, para posterior conferência na saída da Contratada.

3.1.8 – Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza do Contratante, salvo quando houver autorização do órgão competente.

3.1.9 – A Contratada só deverá proceder a qualquer alteração na execução ou objeto do serviço com a autorização de um dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do ajuste e mediante a celebração de termo de aditamento contratual.

3.2 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

3.2.1 – O prazo de execução dos serviços será de ____ (_____) dias, *[no máximo 45 (quarenta e cinco) dias, conforme Proposta]*, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.2.2 – Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

4 – CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:

4.1 – DA CONTRATADA:

4.1.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

4.1.2 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

4.1.3 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;



4.1.4 – A Contratada deverá selecionar profissionais especializados para a execução dos serviços contratados, com vista à obtenção de excelente nível de qualidade, sendo de sua inteira responsabilidade quaisquer danos causados a bens móveis ou imóveis do Contratante;

4.1.5 – Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato;

4.1.6 – Permitir que seus empregados, quando prestando serviço nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna;

4.1.7 – Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

4.1.8 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução n.º 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.9 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução n.º 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria n.º CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.2 – DO CONTRATANTE:

4.2.1 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

4.2.2 – Promover os pagamentos à Contratada dentro dos prazos estipulados;

4.2.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação do serviço objeto deste Contrato;

4.2.4 – Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste Contrato;

4.2.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto deste Contrato



5 – CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após a conclusão dos serviços para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos aos termos contratuais;

5.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

5.3 – Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.4 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

6 – CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1 – DO PREÇO:

PLANILHA ESTIMATIVA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM RÉGUAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. m²	VALOR m² (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Fornecimento e aplicação de piso vinílico em réguas de 180x920mm padrão madeira, com espessura total de 3mm, com capa de uso de PVC de 0,55mm, referência: Revitech modelo NVW madeiras brasileiras cabreúva ref: 12026, Tarkett, ou equivalente aprovado, de acordo com as especificações técnicas.	m²	1.000		
2	Fornecimento e aplicação de piso vinílico em réguas de 180x920mm padrão madeira, com espessura total de 3mm, com capa de uso de PVC de 0,55mm, referência: Revitech modelo NVWH Tabacc Rústic ref: 12206, Tarkett, ou equivalente aprovado, de acordo com as especificações técnicas.	m²	600		
Valor total: (_____)					

(CODIGO SIASG BR 000005312)



Assinado digitalmente por ANGELA MENEZES DE SANTANA.
Autenticado digitalmente por ANGELA MENEZES DE SANTANA.
Documento Nº: 1883996-8222 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>

6.1.2 – O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.3 – Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado;

6.1.4 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços n.º ____/2017, os preços são fixos e irreajustáveis, salvo mediante ocorrência das hipóteses previstas pelo artigo 17 do Decreto n.º 7.892/2013.

6.2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 – O pagamento à Contratada será efetuado **após a conclusão dos serviços**, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal, para valores inferiores a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), ou em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, para valores superiores a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), e corresponderá às medições das áreas de piso efetivamente instalados pela empresa, de acordo com os preços unitários constantes na Planilha de Preços apresentada pela Contratada; sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.2.1.1 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal n.º 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS - Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

6.2.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.2.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Coordenadoria de Compras situado na Rua Dom Gerardo, 46, 12º andar, Centro – Rio de Janeiro, no horário de 12:00 à 17:00 horas de 2ª a 6ª feira, em 02 (duas) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail codcom@trf2.jus.br.

6.2.3 – Para fins do disposto no subitem 6.2.1 considerar-se-á como sendo a data de pagamento a da emissão da Ordem Bancária.



6.2.4 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.2.4.1 – A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº 1.5410, de 05/01/2015.

6.2.5 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.6 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, em conformidade com o Acórdão 964/2012-Plenário-TCU;

6.2.6.1 – A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Notas de empenho
02.061.0569.4257.6013	33.90.39.16	107.765	

8 – CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo d rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre valor total da contratação, a Contratada que:

- 8.1.1 – apresentar documentação falsa;
- 8.1.2 – fraudar a execução do contrato;
- 8.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.4 – cometer fraude fiscal;
- 8.1.5 – fizer declaração falsa;
- 8.1.6 – não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 8.1.7 – não mantiver a proposta.



8.2. – Para os fins do item 1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

8.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos subitens “8.4”, “8.5”, “8.6”, com as seguintes penalidades:

8.3.1 – advertência;

8.3.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;

8.3.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

8.3.4 – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

8.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do contrato.

8.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

8.6 – Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

8.6.1 – deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou

8.6.2 – deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

8.7 – No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens “8.6.1” e “8.6.2” acima, a contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% deste contrato.

8.8 – Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no contrato, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estar sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais 1 (*um*) item obrigatório concomitantemente.

8.9 – O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada.



8.9.1 – Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial.

8.9.2 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8.10 – O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

9 – CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 – A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei n.º 8.666/93.

9.2 – O presente Contrato também poderá ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

9.3 – A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 – Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 028/2017 e seus Anexos I, II e III;
- b) Proposta datada de __/__/__, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. __/__ do Processo;
- c) Ata de Registro de Preços n.º __/2017, constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 028/2017.

10.2 – Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a", "b" e "c" prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".



11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

12.1 – O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 5.1.2 da Cláusula Quinta.

12.2 – O prazo de garantia dos serviços será de, 12 (*doze*) meses, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, estabelecido no subitem 5.1.2 deste Contrato.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1 – Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 – Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes presente contratação em favor do Contratante.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

14.1 – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.



15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

15.1 – O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei nº 9.069 de 29/06/95 e Lei nº 10.192 de 14/02/2001.

15.2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados do contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

15.3 – As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

15.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2017.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

